

FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

**GERCO RS:**

# Instrumentos de planejamento, gestão e licenciamento ambiental na costa

Arq. e Urb. Luciana Petry Anele

10º Oficina Estadual de Capacitação em Gestão de Praias

Porto Alegre RS



04/09/2025

## Início da gestão costeira no RS

- Desde **1982** o RS já participava da discussão entre Estados, Universidades e CIRM sobre gerenciamento costeiro.
- Em **1988** a Constituição Federal define a Zona Costeira como PATRIMÔNIO NACIONAL. O RS se integra ao grupo pioneiro do Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro - GERCO, com RN, BA, RJ, SP e SC.
- Em **1990** é regulamentado o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro – PNGC, através da Resolução 01/90 da CIRM.
- Em **2000** é publicado o Zoneamento Ecológico Econômico do Litoral Norte do RS, com o nome de Diretrizes Ambientais para o Desenvolvimento do Litoral Norte.

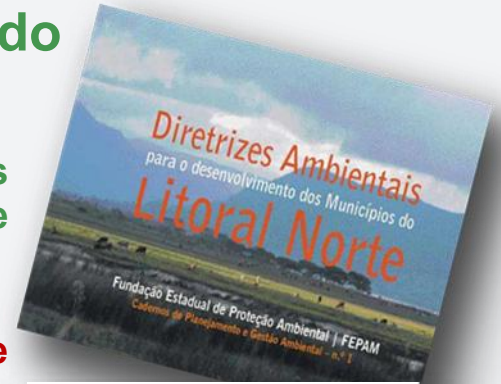
# Diretrizes Ambientais para o Desenvolvimento do Litoral Norte ( Fepam, 2000)

As **14 zonas** expressam os elementos que compõem os dois grandes compartimentos de paisagem: a Planície Costeira e a Encosta da Serra e seus vales.

Para cada zona foram definidas **metas, potencialidades e restrições de uso** dos recursos ambientais.

Como principais inovações na época:

- compartimentos de paisagem, espaços com características homogêneas como **unidades de planejamento**
- priorização da proteção ambiental, zonas por vulnerabilidade, com poucas proibições de usos, com **diretrizes de gestão e planejamento**
- em conjunto com o ZEE, proposta de Enquadramento de RH e criação do Comitê da Bacia do Tramandaí, fazendo a **integração entre instrumentos de gestão** da política de meio ambiente no Brasil.



## Exemplo de Diretrizes: Zona 2 - Balneários



A orla marítima está inserida na Zona 2 - Balneários.

**Caracterização:** Erosão e deposição eólica de sedimentos, formada pelas dunas frontais, dunas vegetadas monticulares, corredores de alimentação eólica, dunas livres, lençóis eólicos e planícies interdunas.

Apresenta ocupação urbana contínua em faixa longitudinal ao oceano.

**Metas:** Desenvolvimento da ocupação urbana adequada às condições naturais.

Incentivar as atividades de veranismo, turismo, lazer e recreação.



## Exemplo de Diretrizes: Zona 2 - Balneários

### DIRETRIZES DE USO DOS RECURSOS NATURAIS

#### Proteção das dunas

**Preservar ou recuperar as dunas frontais, através do estabelecimento de planos de manejo.**

#### Manutenção da biodiversidade

**Manter mata nativa, especialmente de restinga**

**Proibir o tráfego de caminhões e veículos pesados na faixa de praia.**

**Não permitir agropecuária sobre paleodunas vegetadas.**

**Preservar as dunas interiores de importância paisagística.**

#### Manutenção da qualidade e quantidade dos recursos hídricos

**Manter as drenagens naturais principais.**

**Não permitir o lançamento de esgoto na faixa de praia.**

**Não permitir alterações que venham a provocar a salinização do lençol freático, das lagoas e corpos hídricos superficiais.**

**Garantir a infiltração das águas pluviais, vinculada aos índices de ocupação do solo urbano.**



# Instrumentos de Planejamento e Licenciamento criados pelo GERCO RS para a orla marítima

Com base nas Diretrizes Ambientais, foram criados dois instrumentos com influência direta na orla marítima:

- Planos de **Uso da Faixa de Praia**
- Planos de **Manejo de Conflitos** entre a Urbanização, Campos Arenosos e Dunas



# Antecedentes dos Planos de Uso da Faixa de Praia

**DIAGNÓSTICO DA FAIXA DE PRAIA do LITORAL NORTE** em 2001.

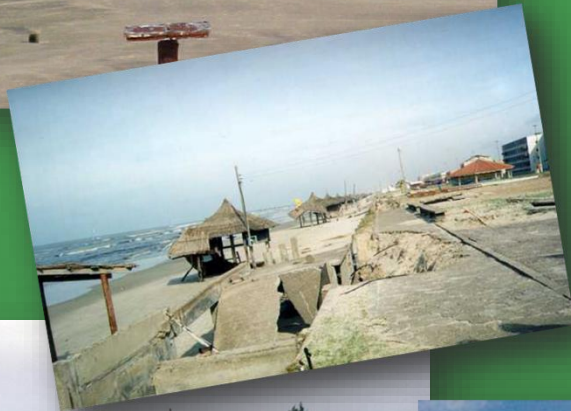
650 quiosques em 120 km de extensão

Os problemas eram semelhantes em todos os municípios:

- Quiosques fixos na praia, em péssimo estado de conservação.
- Ausência de regramento de porte, afastamento entre as edificações e condições de saneamento.
- Instalação sobre as dunas frontais ou interferindo na sua dinâmica.
- Existência de quiosques dentro do curso de sangradouros.
- Quiosques abandonados, deixando restos de materiais.
- Interferência negativa na paisagem da praia.
- Introdução de espécies vegetais exóticas.
- Alta densidade de quiosques: urbanização da faixa de praia.







Alguns registros das praias em 2001





# Planos de Uso da Faixa de Praia

## AÇÕES:

- **Discussão** entre o poder público e sociedade organizada; articulação entre FEPAM, Patrimônio da União e MPF.
- Assinados **Termos de Compromisso** para adequação dos municípios em até 2 anos.
- Encaminhada ao MPF a lista de estabelecimentos de **maior porte (restaurantes)** localizados na praia ou sobre dunas frontais.
- A partir das discussões com o MPF e Patrimônio da União foram fixados **critérios para o licenciamento**.

## RESULTADOS:

- Remoção de **todos** os quiosques fixos.
- Adoção de **quiosques removíveis com instalação sazonal**.
- Elaboração pelos municípios dos **Planos de Uso da Faixa de Praia** para o licenciamento estadual, em vigor até Resolução CONSEMA 372/2018.
- Remoção da maioria dos **estabelecimentos comerciais de maior porte** e encaminhamento à Justiça dos remanescentes.
- No RS, **a partir da Resolução CONSEMA 372 / 2018** o **USO DA FAIXA DE PRAIA** passa a ser de impacto de âmbito local, com **competência municipal** no licenciamento ambiental.

# Planos de Manejo de Conflitos de Urbanização, Campos Arenosos e Dunas

Frente às demandas pontuais para licenciamento de intervenções em áreas de dunas frontais e dunas interiores (APP), o GERCO/FEPAM instituiu o instrumento denominado:

## Plano de Manejo de Conflitos de Urbanização, Campos Arenosos e Dunas

Contempla quaisquer atividades no sistema de dunas, como manutenção de acessos operacionais, passarelas, limpeza de calçadões e manejo de dunas.

O Município apresenta o seu plano, contemplando toda a extensão da orla, que é analisado, licenciado e monitorado pela Fepam.

Fundação Estadual de Proteção Ambiental  
- FEPAM -

Diretor Presidente:  
Claudio Elias  
Rua Carlos Crispim, 55  
Porto Alegre-RS - 91210-010  
Fone: (51) 331-1555

RESOLUÇÕES

**RESOLUÇÃO Nº 00001**  
"Deputa sobre a criação do Plano de Manejo de Conflitos entre Urbanização e Meio Ambiente"

O Conselho de Administração, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Nº 10.765, de 28 de dezembro de 1995, que regulamentou a Lei Estadual nº 9.877, de 4 de junho de 1995, e que instituiu a Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luis Roessler - FEPAM, e

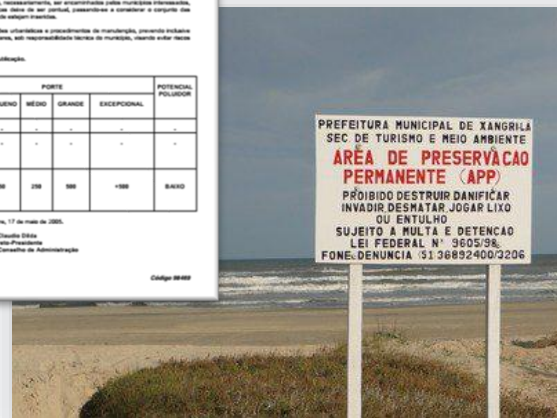
**CONSIDERANDO:**  
Que a preservação das áreas de preservação permanente no ambiente urbano, seja por ser anterior à legislação, seja por serem as intervenções no meio urbano, é uma prioridade dos municípios;  
A gestão de uso e ocupação do solo, bem como a operação de serviços urbanos, e a atribuição de municípios;  
A necessidade de compatibilização entre a conservação das áreas de interesse ambiental e o uso urbano, em especial quanto às atividades de urbanização e meio ambiente;  
A necessidade de análise de intervenções submetidas para manejo dos conflitos de urbanização e áreas de interesse ambiental;  
As intervenções que se fazem eventualmente necessárias nas áreas exigem comprometimento ambiental e rigor técnico, sob pena de responsabilização legal;  
Que a FEPAM tem como finalidade, entre outras, monitorar, seja por processo técnico ou jurídico, a análise submetida para procedimentos de análise de áreas, conservação, manejo e instalação de equipamentos e obras em áreas urbanas e rurais.

**RESOLVE:**  
Art. 1º - Aprovar o nome do Plano de Manejo de Conflitos entre Urbanização e Meio Ambiente, com o subtítulo "Plano de Manejo de Conflitos entre Urbanização e Campos Arenosos e Dunas", criado de qual se institui o Plano de Manejo de Dunas.  
§ 1º - Os planos submetidos no âmbito desta Lei, necessariamente, ser apresentados pelo município interessado, juntamente com o plano de manejo das intervenções feitas antes de ser analisado, permitindo o controle e o registro das intervenções necessárias e a definição das atividades que serão permitidas.  
§ 2º - Os planos deverão conter todas as intervenções urbanísticas e procedimentais de manejo, permitindo a análise de procedimentos e serem executados em áreas urbanas, sob responsabilidade técnica do município, visando evitar danos ambientais.  
Art. 2º - Este Regulamento entra em vigor na data de sua publicação.

CÓDIGO RANCO	RANCO DA ATIVIDADE	UNIDADE DE MEDIDA	PORTE					POTENCIAL POLUIDOR
			MINIMO	PEQUENO	MEIO	GRANDE	EXCEPCIONAL	
	Atividades Urbanas	-	-	-	-	-	-	-
	Manejo de Conflitos de Urbanização e Meio Ambiente	-	-	-	-	-	-	-
	Manejo de Conflitos de Urbanização e Campos Arenosos e Dunas	ha	10	50	100	500	1000	BAIXO

Porto Alegre, 17 de maio de 2005.  
Claudio Elias  
Diretor Presidente  
Presidente do Conselho de Administração

Colégio 00001





Tuco-tuco-das-dunas  
ameaçado de extinção  
Foto: Juliano Darwin



## Conclusões:

1. A publicação do ZEE/LN no ano 2000 estabeleceu as suas diretrizes indicando a necessidade de proteção e controle da orla marítima.
2. Embora o Projeto Orla tenha como referência histórica o PAF – Plano de Ação Federal de 1998, vários percalços levaram a uma institucionalização lenta, que fizeram com que o GERCO RS avançasse com seus próprios instrumentos de gestão ambiental.
3. Os Planos de Uso da Faixa de Praia e Planos de Manejo de Conflitos entre a Urbanização, Campos Arenosos e Dunas consolidaram a sua aplicação ao longo do tempo, vigorando até hoje.
4. Com estes instrumentos, o Projeto Orla tem a elaboração dos PGIs facilitados por dispor de diagnósticos e propostas de planejamento e gestão costeira em aplicação nos Municípios.



# Obrigada!



@fepamrs



/fepamrs



Revista  
Fepam

**Arq. e Urb. Luciana Petry Anele**

Analista Ambiental

Coord. GERCO RS

[luciana-anele@fepam.rs.gov.br](mailto:luciana-anele@fepam.rs.gov.br)



GOVERNO  
DO ESTADO  
**RIO  
GRANDE  
DO SUL**  
SEMA